

VOLTA À RENEGOCIAÇÃO

Funaro vai aos EUA propor aos banqueiros prazo de 16 anos para começar a pagar a dívida

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, informou ontem à noite em Brasília que deverá embarcar no final da semana para os Estados Unidos a fim de retomar a renegociação da dívida externa. Ontem, o diretor para Assuntos de Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, viajou às pressas para Nova York, com o objetivo de explicar aos banqueiros que integram o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira os motivos que levaram o País a estabelecer a centralização cambial.

Funaro irá encontrar-se nos Estados Unidos com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que viajará antes para manter conversações com o Comitê em Nova York. Gros também deverá ir à Europa.

O ministro da Fazenda também

passará por Nova York mas concentrará seus contatos com autoridades econômicas dos Estados Unidos, como o secretário do Tesouro, James Baker, e o presidente da Reserva Federal, Paul Volcker. Funaro pode também encontrar-se com o diretor-gerente do FMI, Michel Candessus.

A centralização cambial, determinada pela Resolução nº 1.263, que vigora desde ontem, proibiu as remessas de juros da dívida de médio e longo prazo por tempo indeterminado. Um comunicado do Departamento de Câmbio (de nº 991) centralizou no BC, até o próximo dia 27, as remessas de lucros, dividendos e a repatriação de capital estrangeiro.

Entre outras coisas, Pádua dirá aos principais credores do Brasil que o presidente José Sarney fixou

apenas uma trégua na área externa, para administrar melhor os pagamentos aos bancos. Acredita-se, entre os economistas do Banco Central, que os juros voltarão a ser pagos normalmente em dois meses ou dentro de no máximo três meses. Hoje, desembarcará em Brasília o banqueiro Douglas Smee, chefe do Subcomitê de Economia do Assessoramento. Ele vem acompanhar a conclusão de um documento, a ser enviado posteriormente aos credores do Brasil. Esse documento é confeccionado de 90 em 90 dias, dando uma posição sobre a economia do País nas frentes interna e externa.

Pádua Seixas deverá retornar a Brasília sexta-feira.

A proposta brasileira

A proposta de renegociação da dívida externa que o governo pre-

tende apresentar aos banqueiros dentro de dez dias, quando os contatos forem iniciados, considera como pontos de destaque um prazo de 16 anos com sete de carência, para o início do pagamento do principal; **spread** (taxa de risco) abaixo dos 0,875% concedidos ao México; **fresh money** (dinheiro novo) entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 3,0 bilhões e cláusulas de salvaguarda para eventuais oscilações da taxa de juros.

A intenção do governo brasileiro, segundo o ministro da Fazenda, é apresentar uma proposta original, sem vinculações com projetos que estão sendo discutidos com outros devedores. Mesmo assim, a montagem da proposta a ser levada a Nova York foi precedida de uma análise detalhada, pelo Banco Central, dos pontos principais do pa-

te mexicano, o qual, eventualmente, poderá servir de piso para a definição do acerto com o Brasil.

Antes da decretação da moratória e quando Fernão Bracher ainda era presidente do Banco Central, o governo parecia convencido da impossibilidade da obtenção de uma negociação multianual da dívida, tal como havia sido acertado entre os credores e a administração do general João Figueiredo, quando Afonso Celso Pastore exercia a presidência do Banco Central.

A rápida deterioração das contas externas do País, seguida da determinação do governo de não aceitar o monitoramento de Fundo Monetário Internacional (FMI) criou um quadro de dificuldades para a negociação multianual, viabilizando-se um ajuste de no máxi-

mo dois anos, nos moldes do acordo montado com os governos credores, no âmbito do Clube de Paris.

Com a moratória, no entanto, a situação mudou: suspenso o pagamento dos juros, o governo encorajou-se para propor novamente o esquema multianual e pedir dinheiro novo, dois itens praticamente afastados há menos de um mês. Retorna-se, assim, à proposta encaminhada em fevereiro de 1985, por Afonso Celso Pastore, com algumas diferenças: em vez de 1,125% de **spread**, reivindica-se agora um teto inferior a 0,875%; não haverá o monitoramento trimestral do Fundo Monetário, mas um contato ampliado (**enhanced contact**), que permitirá a visita anual de uma missão e mais o acompanhamento da **performance** da economia, pelos números fornecidos pelo governo.